

DOCTRINA

ARTIGOS

Desafios presentes e futuros do processo administrativo fiscal

Sergio André Rocha	9
1 Introdução	9
2 Primeiro desafio: redução da importância do processo administrativo. Por uma justiça fiscal	10
3 Segundo desafio: composição paritária e seleção dos julgadores	13
4 Terceiro desafio: independência administrativa.....	15
5 Quarto desafio: decisões definitivas para ambas as partes	16
6 Quinto desafio: reforma e estabilidade	20
7 Sexto desafio: continuidade e legitimação.....	21
8 Conclusão	23

A repetição do indébito tributário nos tributos classificados como indiretos: ICMS, IPI e ISS

José Hable	25
1 Introdução	25
2 A repetição de indébito tributário.....	26
3 O prazo para exercer o direito à devolução de tributo	27
3.1 A natureza jurídica do prazo para a repetição do indébito	27
3.2 O termo inicial do prazo para se pleitear a restituição do indébito	29
4 O pagamento indevido do tributo e sua repetição	31
4.1 Os tributos e o fenômeno da repercussão econômica	31
4.2 Os requisitos para a devolução dos tributos pagos indevidamente	33
4.2.1 Os tributos diretos	33
4.2.2 Os tributos indiretos.....	34
5 Os tributos indiretos e os requisitos para a devolução	34
5.1 A comprovação que efetivamente suportou o ônus financeiro do encargo	35
5.2 A autorização para pedir a repetição por quem suportou o encargo	35
5.3 A legitimidade do contribuinte de fato	36
6 Estudos de caso	36
7 As formas de devolução do tributo pago indevidamente	38
8 Conclusão	38
Referências	39

Relatório sobre as questões do 40º Simpósio Nacional de Direito Tributário do CEU-Escola de Direito – Grupo Econômico

Marilene Talarico Martins Rodrigues, Vittorio Cassone	41
--------------------------------------------------------------------	----

Conclusões do 40º Simpósio Nacional de Direito Tributário do CEU-Escola de Direito
Fátima Fernandes Rodrigues de Souza, Fátima Pacheco Haidar, Rodrigo Fernandes Rebouças...107

O ativismo judicial sob o enfoque do Direito Financeiro e Tributário		
Valéria Martinez da Gama		117
1	Introdução	117
2	Separação de "poderes" e ativismo judicial	118
3	O ativismo judicial sob o enfoque do Poder Executivo.....	119
4	O ativismo judicial sob o enfoque do Poder Legislativo.....	120
5	O ativismo judicial sob o enfoque orçamentário	122
6	Ativismo sob o enfoque do Direito Tributário.....	125
7	Exemplo de ativismo judicial no Direito Financeiro	128
8	Exemplo de ativismo judicial no Direito Tributário.....	130
9	Exemplo de ativismo judicial no Direito Financeiro e Tributário	136
10	Conclusão	136
	Referências	138

Fundos de investimentos e o repasse direto de dividendos para os cotistas		
Ramon Tomazela Santos		139
1	Introdução	139
2	Aspectos de política fiscal envolvidos na tributação dos fundos de investimento.....	141
3	Possíveis impactos da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015 no mercado de fundos de investimento.....	145
4	A Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015 no contexto do regime tributário dos fundos de investimento	146
5	A validade da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015	150
6	Conclusões	159
	Referências	161

Livro eletrônico: imunidade ou tributação?		
Ives Gandra da Silva Martins		163

Direitos fundamentais e tributação		
Breno Lobato Cardoso		173
1	Introdução	173
2	Direitos humanos x direitos fundamentais.....	174
3	Direitos de liberdade. Primeira dimensão. Limitação ao poder estatal	177
4	Delimitação do estatuto do contribuinte. Cláusula de abertura. ADI nº 939.....	180
5	Dever fundamental de pagar impostos.....	183
6	Conclusão	185
	Referências	186

Inconstitucionalidade superveniente do tributo instituído pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 110/2001 em razão do exaurimento da finalidade e da tredestinação de recursos		
Thiago Mondo Zappellini, Vicente Lisboa Capella		189
1	Introdução	190
2	Expurgos inflacionários e criação da Lei Complementar nº 110/2001	190
2.1	Diferenças entre a LC nº 110/2001 e o FGTS decorrente do contrato de trabalho.....	193
3	Contribuições no sistema tributário nacional	195
3.1	Requisitos de validade próprios das Contribuições	196
4	Inconstitucionalidade superveniente do tributo instituído pelo artigo 1º da Lei Complementar 110/2001 em razão do exaurimento da finalidade e da tredestinação de recursos	200

4.1	O exaurimento da finalidade do tributo instituído pelo art. 1º da LC nº 110/2001	202
4.2	Declarações expressas da tredestinação dos recursos	206
5	Conclusão	210
	Referências	211

Crédito de PIS/COFINS na importação de bens usados: uma análise do Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 13/14

	Sérgio Villanova Vasconcelos, Gabriel Caldiron Rezende	215
1	Introdução	215
2	A não cumulatividade	216
2.1	Notas sobre a não cumulatividade e sua contextualização em relação ao PIS/COFINS	216
2.2	A não cumulatividade do PIS/COFINS na legislação	219
3	Possível fundamento para o entendimento fazendário	220
4	Fundamento legal para vedação aos créditos relativos às aquisições de bens usados	222
5	Ilegalidade das disposições do ADI RFB Nº 13/14	224
6	Conclusão	225
	Referências	226

A inconstitucionalidade da taxa de fiscalização da ANEEL

	Marlisson Marcel da Cruz Santos	227
1	Introdução	227
2	Imunidade tributária	229
2.1	Breves noções	229
2.2	A norma imunizante em análise	231
3	O setor elétrico e a TFSEE	233
3.1	Esforço histórico do setor elétrico brasileiro	233
3.2	A instituição da TFSEE	237
3.3	Considerações relevantes do novo modelo do setor elétrico brasileiro	239
4	A inconstitucionalidade da TFSEE	246
4.1	A inconstitucionalidade da TFSEE instituída antes da EC nº 33/2001	246
4.2	A impossibilidade de a EC nº 33/2001 validar a TFSEE	249
5	Conclusão	251
	Referências	252
	Lista de abreviaturas e siglas	254